



PLENÁRIO

11ª LEGISLATURA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA

1º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 9 DE MAIO DE 2024.

Presidência dos Srs. Vereadores Carlo Caiado, Presidente; e, a convite, Wellington Dias e Thais Ferreira.

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Carlo Caiado, Cesar Maia, Eliseu Kessler, Jair da Mendes Gomes, Marcelo Diniz, Marcio Santos, Paulo Pinheiro, Rocal e Wellington Dias 9 (nove), assume a Presidência o Sr. Vereador Wellington Dias, a convite.

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens”, dou por aberta a Sessão.

Passemos ao Grande Expediente.

Passa-se ao

Grande Expediente

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Não havendo orador inscrito, a Presidência franqueia a palavra.

Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Sessão fica suspensa até as 15h40.

Está suspensa a Sessão.

(Suspense-se a Sessão às 14h04 e reabre-se às 15h40, sob a Presidência da Senhora Vereadora Thais Ferreira, a convite)

A SRA. PRESIDENTE (THAIS FERREIRA) – Está reaberta a Sessão.

Terminada a Primeira Parte do Grande Expediente, passemos à Segunda Parte.

Não havendo orador inscrito, a palavra fica franqueada. Com a palavra franqueada, o nobre Vereador Paulo Pinheiro, que dispõe de 20 minutos.

O SR. PAULO PINHEIRO – Boa tarde a todas e todos. Senhora Presidente, Vereadora Thais Ferreira, muito obrigado por abrir a Sessão aí, já que nós estamos hoje, o PSOL, comandando aqui a Casa, firme.

Eu queria utilizar esses minutos para me dirigir aos funcionários públicos da Saúde e outros funcionários da Prefeitura do Rio de Janeiro primeiramente. Hoje, nós tivemos um ato público na porta da Prefeitura, ao qual eu não pude comparecer, porque estávamos aqui naquela reunião da Câmara, hoje foi o debate sobre inclusão, com saúde, mas muitos servidores estiveram lá cobrando do Prefeito Eduardo Paes aquilo que se cobra todos os dias aqui: o PCCS da saúde; cobrando o reajuste, que foi absolutamente ridículo; cobrando o vale-refeição, a reavaliação do vale-refeição; cobrando o salário abaixo do salário-mínimo dos funcionários administrativos, o grupo de funcionários administrativos, ou seja, uma série de reivindicações, a questão dos triênios, que ele não resolveu, desde o início do seu mandato, com os profissionais de saúde.

Foi mais uma demonstração do que os funcionários e os servidores da área da Saúde pensam do Prefeito e o que o Prefeito pensa deles, deixando completamente sem resposta sobre nada disso. A questão do PCCS então é mais grave. Existe uma mesa de negociação. Essa mesa negociação ... A última reunião da mesa foi em 22 de dezembro, quando foi

apresentado um pedaço de proposta, que os servidores que compõem a mesa responderam que não concordavam e queriam mais informações. E, de dezembro de 2023 até agora – estamos em maio de 24 – nenhuma reunião mais foi feita da mesa. A mesa não se reuniu, por mais que os servidores tenham pedido – cobrado – ao Secretário de Saúde. Uma nova reunião normal da mesa, que é algo essencial no SUS, a Secretaria de Saúde não quis mais discutir esse assunto, e o Prefeito não dá satisfações do que vai fazer.

Então, esse desejo de anos, cobrança sobre um plano de cargos, carreiras e salários da saúde, nada, nada, nada avança, a não ser propostas que são feitas pela metade e que, quando os funcionários reclamam, a Secretaria de Saúde usa esse artifício de suspender as reuniões. Isso realmente é um absurdo. Acho que o ato hoje na porta da Prefeitura foi uma resposta, mais uma resposta dos servidores públicos municipais a esta situação vergonhosa que passamos.

Vocês sabem perfeitamente que hoje os servidores públicos estatutários da Saúde Municipal são a maioria no quadro de servidores da Prefeitura na Saúde. Hoje, nós temos 18.000 apenas, 18.000 servidores, quando já fomos, em 2009, 29.000 servidores. E temos hoje, terceirizados por OS, mais de 28.000 profissionais de saúde, e pela RioSaúde, mais 15.000, ou seja, nós temos hoje 43.000 profissionais da Saúde que não recolhem para o Previ-Rio, recolhendo para o INSS, porque eles são terceirizados. Isso é um grave problema.

A questão das OSs nas unidades de saúde continua sendo um grave problema, uma altíssima rotatividade, os profissionais mudam a toda hora de lugar, não criam vínculo, ou seja... mas essa é uma decisão do Governo, ou seja, quem votou no Governo deve achar que isso é normal. Quem não votou com o Governo Eduardo Paes deve achar isso anormal e deve brigar para que isso não continue da maneira que está acontecendo.

Então, além de lembrar, quero parabenizar os servidores da saúde por mais essa amostra do que eles querem, do que eles pensam, do que é que eles estão fazendo para defender o serviço público.

Nós, servidores municipais, estamos defendendo, não a nossa categoria apenas, mas o serviço público. Estamos defendendo aquele tipo de trabalho que sempre, sempre foi importante, e que tem sido, nos últimos anos. A partir de 2009, a Prefeitura do Rio vem destruindo completamente a gestão pública da saúde.

Além disso, nós temos outro problema grave, que é a segunda parte do que eu queria falar, ainda em relação à política de saúde aqui do Rio de Janeiro, ainda em relação ao atendimento à população. Todos nós sabemos, vereadores nos seus gabinetes devem receber, como eu recebo, muitas reclamações, muita gente pedindo atendimento e uma falta de informação enorme não é?

Eu estive até, no último final de semana, e a Vereadora Thais Ferreira me fez avaliar... queria saber algo para um cidadão que estava sendo atendido lá. A família queria saber o que estava acontecendo. Há uma completa separação entre aquilo que acontece dentro das salas de atendimento e do que tem que acontecer do lado de fora da sala, onde o familiar do paciente está aflito. Ele só quer saber. Ele não quer bater no médico, ele não quer bater no enfermeiro, ele não quer bater no diretor do hospital, ele só quer saber o que é que está acontecendo com o seu parente. E foi necessário que ela ligasse, que ela pedisse.

Nós pedimos, consegui com o diretor do hospital, durante a noite, e o ele rapidamente teve a informação. Se foi tão rápido para o diretor, por que é que isso não foi passado para o atendimento? Quem é que comunica?

Como foi dito aqui, no caso daquele rapaz que foi assassinado no aterro do Flamengo, quem comunica o que está acontecendo ali dentro? Normalmente, nos hospitais, temos um serviço social que tem a função de obter, pois o serviço social não pode inventar informações. Tem que receber informação do corpo clínico do hospital, do médico, do enfermeiro, da técnica de enfermagem, e, aí, essa profissional vai passar a informação necessária para esse cidadão.

Mas também outra coisa que foi destruída na rede pública, que foram os serviços de assistência social. Os oito hospitais da cidade de emergência, federais e municipais, não tem hoje serviços de assistente social à noite. Então, o que acontece à noite, geralmente, é a boa vontade do





vigilante que passa essa notícia. Quem passa a notícia do que está acontecendo lá dentro é ele.

Você imagina, o cidadão recebe notícia que o filho dele, ou que a mulher dele, ou que o marido dela sofreu um acidente de trânsito. Veio carregado pela ambulância do SAMU ou dos bombeiros. O desespero de quem chega lá, quer ter notícia do que está acontecendo. Assim funciona nos outros locais. No privado, funciona assim. O sujeito vai para lá, reclama, faz barulho. O mesmo barulho que o paciente faz no público faz no privado, só que ele obtém rapidamente a informação.

O serviço público está esquecendo uma coisa importante, que é a informação para o familiar, mesmo que seja a pior informação, como era a daquele paciente. Foi muito pior a mãe sair de lá achando que ele estava vivo e depois saber que, duas horas antes de ela sair de lá, ele já estava morto. Então, é necessário que a Secretaria de Saúde entenda que a comunicação, a informação, seja na emergência, seja dentro da enfermaria é altamente necessário que haja uma melhor relação entre as pessoas.

E, no Rio de Janeiro, hoje, o atendimento da alta complexidade, para entendermos mais uma vez, o serviço público de saúde, o SUS, ele é tripartite. Tem um pedaço municipal, que é o gestor pleno daquele município, que é quem controla a saúde do município; tem o gestor estadual; e aqui no Rio de Janeiro tem mais o gestor federal. O que o que faz a prefeitura? Oferece o atendimento primário, centros municipais de saúde, clínicas da família, atendimento primário; depois chegamos à média e a alta complexidade.

O que é da média e alta complexidade? São os exames, são as consultas especializadas. E a alta complexidade são as cirurgias e o atendimento mais sofisticado, de maior grau de gravidade. Por exemplo, a oncologia, o tratamento do câncer é alta complexidade. O tratamento cardiológico, seja cirurgia cardíaca, sejam os exames, o cateterismo ou outros exames cardiológicos – estes estão na alta complexidade. Transplante, na alta complexidade; tratamentos ginecológicos graves, lesões uterinas graves, lesões graves de obstruções intestinais e lesões de obstruções urinárias. Ou seja, neurocirurgia, ortopedia, tudo aquilo que é mais grave é alta complexidade. E, no Rio de Janeiro, a responsabilidade não é dos hospitais de emergência, não é da Prefeitura, a responsabilidade é dos seis hospitais federais: Bonsucesso, Servidores, Lagoa, Ipanema, Jacarepaguá e Andaraí. São os seis hospitais. Além deles, os institutos, o que é ortopedia, no INTO; o que é cardiologia, no Instituto Nacional de Cardiologia, em Laranjeiras; e o que trata câncer, no Instituto Nacional do Câncer.

O que vem acontecendo? A destruição completa do serviço público. Só falando os números para a gente entender. São 450 leitos fechados hoje, nos seis hospitais federais; uma fila de 20 mil pessoas – não é fila dos Sisreg, mas dos hospitais – para operar ortopedia, para operara ginecologia, para operar urologia, para operar neurocirurgia e para operar os casos de cirurgia vascular.

Por que esses hospitais não operam? Por que o Inca não consegue colocar sete salas funcionando, porque hoje esses hospitais foram destruídos na sua política de recursos humanos. Há uma carência de sete mil profissionais na rede federal. A rede federal está completamente destruída. Os hospitais não têm manutenção e não têm material para trabalhar.

Por que não têm? Não tem orçamento? Tem. São R\$ 852 milhões de orçamento para a rede federal, para os seis hospitais. Desde lá de trás, dos tempos idos, como eu falei, quando Roberto Jefferson mandava nos hospitais – lá atrás, botem anos nisso –, Simão Sessim, depois passando, de governo em governo.

No governo anterior, Bolsonaro teve os donos dos hospitais, e agora entraram o PT e os outros partidos de esquerda que estão com o PT. O que se esperava desses hospitais que, aqui no Rio de Janeiro, são dirigidos pelo Departamento de Gestão Hospitalar do Ministério da Saúde? Que nós pudéssemos ter um diagnóstico e um tratamento imediato. O diagnóstico foi feito. Qual é o tratamento? Tem que fazer concurso público. Não pode ficar desde 2014 sem concurso público.

Como eles ficaram esses anos todos? Contratando emergencialmente, contratando por indicação política. Hoje, os contratos temporários da União continuam acontecendo e não param. Além disso, o Hospital de Bonsucesso pegou fogo há mais de quatro anos e não se consegue botar o hospital para funcionar. Por quê? Porque não tem obras. Por que não tem

material? Porque não se compra mais com licitação. É só sem licitação, só de emergência.

Então, meus amigos, é essa situação. Em um ano e cinco meses de governo, a situação não foi resolvida. A Ministra deu uma entrevista coletiva dizendo que iria resolver. Ontem, vimos uma matéria no Jornal O Globo, mostrando que prorrogaram por mais 30 dias esse Conselho Gestor dos Hospitais, e nenhuma solução foi dada.

Então, a razão de ter o sujeito com câncer sem tratamento, a razão de ter o sujeito precisando fazer um cateterismo, esperando um ano, a razão de ter um sujeito precisando fazer uma neurocirurgia, e não conseguindo; na ortopedia, o idoso que precisa fazer uma cirurgia mais complexa, e não consegue, é exatamente por isso, por não contratarem profissionais e por não comprarem material. E tudo isso pode ser feito pelo Ministério, mas o Ministério se encantou com o modelo do município, se encantou com as terceirizações, com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que gerencia o Hospital Gaffrée e Guinle há oito anos e está uma tragédia.

O Hospital Antônio Pedro, em Niterói, também gerido pela Ebserh, outra tragédia. E eles querem agora transformar essa tragédia nos seis hospitais. Querem entregar ou para a Ebserh ou o Prefeito Eduardo Paes assumir isso. Ou seja, vamos ter a repetição de erros cometidos por esses governos. Eu estou imaginando o Hospital de Bonsucesso operado por uma OS que, evidentemente, não vai querer o Hospital de Bonsucesso, vai querer o da Lagoa.

Então, é muito importante que os servidores estejam fazendo isto, nós fizemos uma audiência pública aqui, trazendo servidores, e vimos que há uma revolta. Os servidores não vão aceitar o que está acontecendo. E nós precisamos que a Ministra Nísia nos mostre qual é o caminho que ela quer para os seis hospitais federais do Ministério da Saúde. A Ministra Nísia, o Ministério da Saúde, nos deve essa resposta, a todos nós, principalmente por não ter comparecido aqui à audiência pública e não ter mandado ninguém, o que é lamentável. Ou seja, nós não sabemos o que o cidadão com câncer, com problemas cardiológicos, urológicos vai fazer daqui para adiante, porque esses hospitais continuam em pé, mas estão completamente amparados. Estão em pé por fora, mas estão completamente destruídos por dentro.

Muito obrigado, Presidente. Parabéns pela Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (THAIS FERREIRA) – Muito obrigada, nobre colega de bancada. É um orgulho compor com você.

Não tendo o orador utilizado todo tempo, a palavra continua franqueada. Com a palavra franqueada, o Vereador Rocal, que dispõe de cinco minutos.

O SR. ROCAL – Senhora Presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras, cinco minutinhos é só um cumprimento, não é?

Pediram para falar da DEAM. Que bom olharem para mim e terem como a figura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Campo Grande, que está em obra, graças a Deus. É uma luta, Pedro Duarte, porque, afinal de contas, você luta para ter o benefício, e agora é lutar muito para que realmente a obra seja entregue. Então, são duas caminhadas aí, mas são caminhadas de que eu gosto. E que bom que Vossa Excelência falou sobre a DEAM, que foi uma luta de oito anos da Tribuna desta Casa, falando o tempo todo, que personalizou a DEAM para o mandato popular do Vereador Rocal, porque hoje eu quero compartilhar outra grande luta que eu quero lançar aqui, principalmente para o nobre Vereador Paulo Pinheiro, que sabe que, das lutas, eu gosto. Vossa Excelência testemunhou também a Clínica da Família do Rio da Prata, do Lameirão Pequeno, em Campo Grande. Está lá de pé, com a graça de Deus.

Nós temos uma escola, em Campo Grande, que não tem teto. É a Escola Municipal Augusto Vasconcelos. A Escola Augusto Vasconcelos saiu do centro de Campo Grande e foi para a Estrada do Campinho. E, na Estrada do Campinho, ainda na gestão anterior, foi comprado um sítio para que essa escola pudesse ser alocada, e recentemente, tristemente, uma das partes da escola foi comprometida pela GeoRio pela RioUrbe, pela Defesa Civil, e a escola teve que compartilhar o prédio com o Ginásio Educacional Tecnológico Mário Aguiar, lá na Estrada do Campinho.





Então, a minha meta agora, mais do que nunca, é fazer com que a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação olhe, com carinho, para Escola Municipal Augusto Vasconcelos. Não vou ficar quieto e feliz enquanto a Escola Augusto Vasconcelos não tiver um teto. O Minha Casa, Minha Vida será o teto da Escola Augusto Vasconcelos, que vai, de fato, trazer a tranquilidade para 725 alunos.

Escola Augusto Vasconcelos, hoje eu quero falar contigo: conte com o mandato popular do Vereador Rocal, o professor, aquele que vai fazer de tudo para que realmente a Escola Municipal Augusto Vasconcelos tenha um teto e continue esse trabalho belíssimo que foi interrompido pelo prédio que está interditado. Conte com a gente.

Obrigado, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (THAIS FERREIRA) – Por nada.

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Átila Nunes, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Felipe Michel, Inaldo Silva, João Mendes de Jesus, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcio Ribeiro, Marcos Braz, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins, Veronica Costa, Vitor Hugo, Waldir Brazão, William Siri, Willian Coelho e Zico)

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, passemos ao Prolongamento do Expediente.

Passa-se ao

Prolongamento do Expediente

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Mesa dará ciência das proposições recebidas.

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 3064/2024

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja cancelada a concessão do Conjunto de Medalhas Pedro Ernesto a Domingos Inácio Brazão.

Plenário Teotônio Villela, 7 de maio de 2024.

Vereadora MONICA BENICIO

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Solicitada a verificação nominal de votação pelo Vereador Luiz Ramos Filho.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Edson Santos, Eliseu Kessler, Jorge Pereira, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Monica Cunha, Paulo Pinhei-

ro, Pedro Duarte, Tainá de Paula, Thais Ferreira e William Siri 11 (onze). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Luiz Ramos Filho, Waldir Brazão e Wellington Dias 3 (três). Absteve-se o Senhor Vereador Cesar Maia 1 (um). Presentes 16 (dezesesseis) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 14 (catorze) senhores vereadores. Absteve-se 1 (um) senhor vereador.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 16 (dezesesseis) senhores vereadores.

Não há quórum para deliberar sobre a matéria, que voltará em votação, tampouco para dar continuidade aos trabalhos.

A Presidência, antes de encerrar, convoca Sessão Ordinária para terça-feira, dia 14 de maio, às 14 horas. A Ordem do Dia para o período de 14 a 16 de maio será publicada no Diário da Câmara Municipal da próxima segunda-feira, dia 13 de maio.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h08)

EXPEDIENTE

Ofícios

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO

DESPACHO:

A imprimir.

Em 09/05/2024

CARLO CAIADO – PRESIDENTE

OFÍCIO GCAALSP Nº 002/2024

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2024

Exmo. Sr.

Vereador CARLO CAIADO

DD. Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com fulcro no Regimento Interno, providências no sentido de publicar Edital de Convocação dos Senhores Vereadores INALDO SILVA (Republicanos) e JUNIOR DA LUCINHA (PSD), membros da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, para Audiência Pública desta Comissão sobre “EQUIPARAÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO QUADRO TÉCNICO DE ENGENHEIROS, ARQUITETOS, CARREIRAS E AFINS”. A Audiência será realizada no Salão Nobre desta Casa de Leis, em ambiente híbrido, no dia 21 de maio de 2024, às 10 horas, com transmissão ao vivo pelo canal no Youtube da Rio TV Câmara.

Certo de contar com o Vosso acolhimento, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador JORGE FELIPPE

Presidente da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público

